

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.004

# A SAÍDA É ESPERANÇAR: (RE) LEITURA DE MUNDO DE UMA MULHER QUE ESTEVE ENCARCERADA

**ANA MARIA DE JESUS SILVA**

Mestranda no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará – UECE/FAFIDAM. Bolsista da FUNCAP. E-mail: anamaria87.silva@aluno.uece.br

**DANIELA FERNANDES RODRIGUES**

Doutoranda em Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora do Instituto Federal do Ceará – IFCE Campus Cedro. E-mail: dani.daniela87@gmail.com

**LIA PINHEIRO BARBOSA**

Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Professora Adjunta I da Universidade Estadual do Ceará (UECE), no Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE), no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e na Graduação em Ciências Sociais. Bolsista PQ2-CNPq. E-mail: lia.barbosa@uece.br

## RESUMO

Ser mulher, em determinados contextos sócio-histórico e culturais, é sinônimo de esperança, seja fora ou dentro do cárcere. É um constante movimento de (re)conquista de si e do mundo. Com base nesses pressupostos, este artigo tem como objetivo geral refletir sobre microrrelatos de uma jovem mulher, mãe, brasileira, que viveu em estado de privação de liberdade por 10 (dez) anos, sentindo nos aspectos físicos e psíquicos a *interseccionalidade* de opressões por ser mulher, negra e pobre. As bases teóricas deste estudo estão pautadas nos seguintes autores: Brandão (1985); Davis (1944); Freire (1992); Josso (2012); Larrosa (2015); Matos e Vieira (2002); Passegui (2011); Pollak (1989); Vila (19994), entre outros/as. A metodologia orientou-se por uma abordagem predominantemente qualitativa, fundamenta-se na pesquisa narrativa de história de vida e análise de microrrelatos. Com a narrativa da história de vida desta mulher negra, podemos compreender os percursos e percalços presentes no cotidiano de mulheres que buscam atuação em diversos segmentos sociais. É dever do Estado, como também da sociedade, a proposição e consolidação de políticas públicas para além do cárcere. É pensar na recolocação dessas mulheres no mercado de trabalho após suas vivências nas prisões, usando de formações já adquiridas, seja acadêmica,

seja profissionalizante ou dos cursos ofertados dentro dos presídios como forma de aprendizagens, para que aconteça a reintegração social e educacional. Ao assumir outra concepção de ressocialização no âmbito da política carcerária evita-se a reincidência no mundo da criminalidade, o preconceito enraizado, portanto, só desta forma é que realmente pode existir a ressocialização social, política, econômica e financeira de cada mulher que está fora da prisão. Concluímos que este trabalho põe em perspectiva a necessidade pública de entender a importância da ressocialização social, do respeito e do redirecionamento após a experiência no cárcere para que seja evitada reincidência criminal e permanência ao crime.

**Palavras-chave:** História de vida, Privação de liberdade, Mulher negra.

## INTRODUÇÃO

Ser mulher em determinados contextos sócio-históricos e culturais é ter a esperança de acreditar potencialmente que se é capaz de ocupar o papel de protagonista na sociedade, para tanto a representatividade da mulher importa, em qualquer tempo histórico, isso movimenta outras a acreditarem que é possível ter esperança. E ainda que sofram com as raízes históricas do sistema patriarcal, as mulheres, principalmente as mais vulneráveis - as que foram ou estão privadas de liberdade - possam conseguir exercer o papel fundamental de protagonistas nos espaços sociais de poder, seja no mercado de trabalho, na política ou na economia, através de lutas promovidas pelas dinâmicas dos movimentos feministas como gramáticas de resistências.

Em sua “Pedagogia da Indignação”, Freire nos convoca para “experimentar com intensidade a dialética entre a ‘leitura do mundo’ e a ‘leitura da palavra’ (Freire, 2000, p. 39)”. E na “Pedagogia da Esperança”, ele nos diz: “nem a leitura apenas da palavra, nem a leitura somente do mundo, mas duas dialeticamente solidárias” (Freire, 1997, p. 54).

Diante do que foi posto, podemos afirmar que as gramáticas de resistências iniciam nos Círculos de Cultura os quais são denominados nos mais diversos movimentos sociais, atividades delineadas por Paulo Freire que contribuem para a transformação social das realidades injustas e desiguais que não estão distantes de nós no dia a dia.

Deste modo, nesta temática que nos permitem alcançar as gramáticas de resistências das mulheres que vivem em privação de liberdade e pela criação das palavras retomar as experiências de sofrimento social do sistema prisional para reinscrevê-las em uma gramática de resistência.

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da esperança* nos apresenta veemente e nos estimula a acreditar no ser humano, no ser oprimido de uma maneira ética e humana, mostrando que é preciso lutar contra todo tipo de opressão, evocando um discurso de esperança por meio dessa obra. Sendo escrita em 1992, o autor fez um elo com a obra *Pedagogia do oprimido*, publicada em 1968, nos alertando que é preciso lutar contra toda forma de opressão em favor da vida, liberdade, autonomia e alteridade.

Sendo assim, podemos dar continuidade à fala sobre *Pedagogia da esperança* por meio de uma experiência de mundo, seja fora ou dentro do cárcere.

Tendo em vista que a vivência dentro do universo carcerário precede a esperança e requer a cada segundo uma (re)conquista de si e do mundo. Dessa forma, diante dos desafios do sistema prisional e social, a vida após a vivência no cárcere é uma constante busca por (trans)formação social que tenha como pressuposto assumir outra concepção de ressocialização no âmbito de uma política carcerária que permita a acolhida, o diálogo e a aceitação em detrimento da imposição e negação de direitos humanos, especificamente da mulher.

Tecer reflexões sobre uma *pedagogia da esperança* é dar continuidade ao processo gradativo de evolução, as práticas discursivas e reflexivas. Evitando-se a reincidência no mundo da criminalidade seria importante caminhar na direção de conhecer a (re) leitura de mundo dentro do cárcere, das experiências vividas, revividas e ressignificadas das quais são constituídas na dinâmica entre individualidade e coletividade, e marcada pela inter-relação entre classe, gênero e raça. Nesse sentido, individualmente não somos capazes de desconstruir a ideologia patriarcal, sendo fundamental a força coletiva que, também, deve agir para combater o racismo e os diversos preconceitos que estão consolidados estruturalmente na sociedade tradicional das elites e das classes hegemônicas.

Destarte, só por meio da coletividade e da luta contra- hegemônica que se é capaz de construir uma sociedade com uma política democrática, crítica, reflexiva e transformadora para assim ser possível legitimar-se uma *pedagogia da esperança* sob uma (re)leitura dinâmica de mundo antirracista e anticapitalista, incluindo nesse movimento de transformação aquelas que viveram e vivem em cárcere privado. Neste sentido, trazemos de forma breve o conceito de contra-hegemonia:

O que seria, então, a 'contra-hegemonia?' Seriam experiências, significados e valores que não fazem parte da cultura dominante efetiva; formas alternativas e opositoras que variam historicamente nas circunstâncias reais; práticas humanas que ocorrem 'fora' ou em 'oposição' ao modo dominante; formas de cultura alternativa ou opositora residuais, abrangendo experiências, significados e valores que não se expressam nos termos da cultura dominante, embora sejam praticados como resíduos culturais e sociais de formações sociais anteriores; formas de cultura emergente, englobando novos valores, significados, sentidos; novas práticas e experiências que são continuamente criadas (DORE; SOUZA, 2018, p. 254).

Por esse ângulo, podemos dizer que a classe hegemônica são os dominantes: o sistema capitalista e a supremacia branca. E os contra-hegemônicos referem-se aos oprimidos, aos trabalhadores, aqueles que pertencem a classe mais vulnerável socioeconomicamente. Por isso a eminente luta de unirmo-nos contra a hegemonia.

Com base nesse exposto é oportuno apresentarmos que este artigo tem como objetivo geral refletir sobre um microrrelato de uma mulher jovem que viveu em estado de privação de liberdade por 10 anos, sentindo em todas as dimensões a interseccionalidade de opressões por ser mulher, mãe solo, negra, pobre e periférica. Assim, propõe-se como objetivos específicos: dialogar sobre a importância da (re)leitura de mundo de uma ex-presidiária, após sua experiência na prisão e qual sua esperança na sociedade contemporânea, além de apresentar o tempo presente da luta diária de uma mulher que busca ser inserida na sociedade após passar pela experiência prisional. Vale salientar que essa sociedade moderna é marcada estruturalmente pela exclusão em função dos seguintes marcadores sociais: econômico, racial e sexual.

Consideramos que o conhecimento das histórias de vida, as aprendizagens e o desenvolvimento humano passam pelo diálogo e pelas interações. Para Freire (1986, 2007, 2001) o diálogo é indispensável para a construção de relações éticas e constitui a base da própria democracia, que são questões de direito para todas as pessoas independente da condição e do lugar social que estejam ocupando. "O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e a re-fazem" (FREIRE, 1986, p. 122-123).

As bases teóricas deste estudo estão pautadas nos seguintes autores: (BRANDÃO, 1985) em sua obra, ***O que é educação***, norteia nossa perspectiva sobre a relação entre o campo da educação e o cárcere privado; (DAVIS, 1944) ***A Liberdade é uma luta constante***, aqui apresentamos a proposta da luta como um dever social, principalmente da classe não hegemônica; (FREIRE, 1992; 1996 e 2011) nas suas respectivas obras, ***Pedagogia da esperança***, ***Pedagogia da autonomia***, e ***Pedagogia do oprimido***, permitiu-nos trabalhar determinadas categorias, a exemplo - educação: uma ideologia autoritária da sociedade capitalista e opressora. Essa base teórica freiriana viabilizou-nos uma relação dialógica entre pesquisadores e sujeitos, admitindo trocas de saberes de experiências, sonhos e projeção de si como uma utopia, assim, tivemos condições de trabalhar na dimensão ética e humana. Além do autor citado, também temos outros que trabalham sobre histórias de vida, e tal conceito está fundamentado na nossa metodologia por meio de microrrelatos.

Para tanto, este trabalho está estruturado em uma escrita introdutória cujo texto encontra-se organizado da seguinte forma: Introdução, com apresentação da temática e objetivos do trabalho com breves discussões; Aportes teóricos-metodológicos, em que apresentamos a caracterização do trabalho de campo, discorre-se sobre os caminhos percorridos para realização da pesquisa norteando os pares para que melhor se compreenda o tipo de pesquisa, o método utilizado, a técnica de coletas de dados e o lócus da investigação, além de dados/informações da colaboradora da pesquisa, como também mostramos a escolha do microrrelato e alguns de seus aspectos; Resultados e discussões, momento em que discutiremos sobre “A Pedagogia do esperar”, que tem como finalidade trabalhar as vulnerabilidades nas comunidades por meio de trabalhos científicos, escritas de livros por meio de relatos de experiências, histórias de vida, pesquisas, entre outras possibilidades dinâmicas e didáticas. Ao final, apresentamos o microrrelato de uma mulher empresiária, mãe solo, negra, pobre e periférica no tempo presente e passado em privação de liberdade. E, por fim, as considerações finais vinculadas a uma síntese dos achados da conclusão da pesquisa.

## **APORTES TEÓRICO-METODOLÓGICOS**

---

Nesta seção, apresentamos a metodologia utilizada no desenvolvimento desta pesquisa, que terá como elemento central um microrrelato, no qual trazemos uma breve história de vida de uma jovem mulher, negra e pobre que viveu a experiência do cárcere privado, sendo esse o nosso recorte temático no campo da *pedagogia da esperança*.

Diante disso, a finalidade é trazer uma breve discussão sobre a importância da narrativa como uma fonte que privilegia o relato de experiência do mundo e a história no seu movimento entre os seguintes tempos: passado e presente. Apresentando a história de vida voltada à *pedagogia da esperança*, e como um dos focos principais, as potencialidades da educação dialógica de mulheres, principalmente as vulneráveis que vivem ou viveram privação de liberdade na carceragem.

Sabemos que um dos grandes desafios da pesquisa em educação é definir as concepções teóricas e metodológicas que melhor auxiliem os caminhos a serem pesquisados. Desta forma, buscamos encontrar um melhor caminho de forma curta para delinear o nosso trabalho. Através desta, apresentamos a abordagem de pesquisa empregada, sendo que a pesquisa como objeto das “ciências

sociais é essencialmente qualitativa” (MINAYO, 2016, p. 14). Ainda sobre a abordagem qualitativa:

A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela (MINAYO, 2016, p. 14)

Dito isto, a pesquisa narrativa de microrrelato a qual nos fundamentamos como caminho investigativo, permite dizer que os microrrelatos trazem a cena suas experiências, principalmente as mais marcantes, em tempo passado e presente e segundo Larrosa (2015, p. 18) “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”.

Sobre a técnica de coleta de dados por meio da entrevista semiestruturada os autores Matos e Vieira (2002, p. 61) afirmam que “a entrevista é uma das técnicas mais simples, conhecidas e utilizadas na pesquisa educacional”. Desta nos apropriamos para tecermos os microrrelato da nossa colaboradora que é mulher, ex- presidiária, mãe solo, negra, crescida e criada em uma periferia.

No primeiro momento da pesquisa, buscamos nos aproximar da nossa colaboradora e ouvir suas reflexões que nos permitissem pensar e orientar nosso caminho à pesquisa. Freire (2011) nos lembra que o ouvir é uma necessidade fundamental para um diálogo. Já no segundo momento, buscamos um olhar de esperança, olhar para o campo de investigação como espaço de pesquisa e transformação social. No terceiro momento, formulamos perguntas abertas e curtas que nos permitissem compreender a trajetória de uma ex-presidiária em tempo passado e presente.

Na análise de dados fizemos a transcrição dos dados obtidos, tal qual está posta no trabalho, pois à medida que fomos reescrevendo, passamos a reviver os momentos vivenciados no período da pesquisa de campo. Relembrando os desafios, expressões - tristezas, alegrias e emoções - e sentimentos expressos nos momentos vivenciados pela ex- presidiária.

## **A PEDAGOGIA DO ESPERANÇAR**

Na obra da *Pedagogia da Esperança*, Freire (1992) traz veemente o credo da esperança. É necessário ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar que estimula a crença da mulher privada em liberdade como um ser oprimido, com

possibilidades ética, esperançosa e humanística de lutar contra todo e qualquer forma de opressão em favor da vida e da liberdade tanto dentro, quanto fora das instituições prisionais.

Ainda, em direção à luz do educador humanista Freire, “Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico” (1992, p.5). É sob esse prisma que trazemos enquanto pesquisadoras iniciantes na área da educação feminista carcerária, a qual desejamos nos aprofundar, trazer histórias, questões críticas e reflexivas por meio de gramáticas de resistência no mundo interno e externo nas e após as vivências das mulheres no cárcere. Neste contexto específico, as gramáticas de resistência propõem uma (re)leitura de mundo e ações coletivas transformadoras por meio da pedagogia da esperança a qual faremos uma ligação com a leitura de mundo de uma ex-carcerária experienciada em dois tempos: passado e presente.

A leitura de mundo fora da prisão não liberta, oprime, envergonha. Não é a falta de hábito de ler a palavra que impacta a vida das/os presidiárias/os, o que rompe com a vida delas/es é o outro, o opressor, a sociedade estruturalista, os capitalistas antagônicos, o olhar do outro que aponta e julga, é o preconceito enraizado, o egoísmo que priva, o sistema que não oportuniza a inserção da/o detenta/o na sociedade e no mercado de trabalho. Por fim, é a falta de sororidade coletiva e social que excluem esse grupo. Sendo assim, as ex-carcerárias travam no dia a dia uma luta contra todas as formas de opressão que atravessam seus corpos, sendo essas violências consolidadas estrutural e institucionalmente na sociedade.

Diante disso, é fundamental trabalhar essas vulnerabilidades nas comunidades, por meio de trabalhos científicos, escritas de livros por meio de relatos de experiências, histórias de vida, pesquisas, entre outras possibilidades dinâmicas e didáticas. É lá, na periferia, nesses territórios que muitos pertencem, conhecem histórias e vivências semelhantes. Considerando que é na pluralidade de ideias, e com objetivos em comum, que a luta da classe contra - hegemônica busca defender ações, contra qualquer tipo de violência em prol da defesa dos direitos humanos.

Diante de tais discussões que se prolonga nesse trabalho, percebemos que existe uma luta constante pelos direitos fundamentais da mulher, em defesa dos direitos individuais e coletivos, pela própria vida contra o sistema neoliberal e patriarcal. Aqui, apontamos para a mulher que vive ou que viveu sob a condição de vulnerabilidade prisional. Muitas mulheres privadas de liberdade carregam em si

a experiência da criminalidade feminina, da vivência nos presídios, logo, elas possuem e fizeram história e guardam memórias.

Tendo a ótica de perceber o rompimento que elas travaram com os padrões patriarcais que a sociedade capitalista, as igrejas entre outros espaços sociais impõem e exigem sob os corpos femininos, como forma de controle social e sexual, podemos extrair materiais de escrita sobre os relatos de histórias de vidas delas. Assim, consideramos estudar através do microrrelato a experiência das mulheres que vivem ou viveram no cárcere dentro de suas singularidades e conhecer os marcos na trajetória de si.

A história de vida dessas mulheres privadas de liberdade ainda se faz presente nas lutas e resistências como fruto de um passado que ainda continua, uma vez que nossa sociedade continua sendo primordialmente pertencente a uma cultura com base racista e preconceituosa. A história de vida dessa mulher que iremos apresentar é uma lição para todos que precisam acreditar na esperança, sendo possível uma semente que poderá germinar a proposição de políticas públicas na construção de um movimento feminista carcerário na sociedade como um campo de inclusão, de potência, de uma educação (trans)formadora de ressocialização humana para o mercado de trabalho. Por conseguinte, só através dos movimentos feministas, da pedagogia que poderemos realizar ações coletivas de resistência para a desconstrução de uma sociedade estruturalmente patriarcal.

No tocante à educação, Carlos Brandão, em sua obra *O que é educação* nos traz uma potência de palavras quando diz:

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (BRANDÃO, 1985, p. 7).

O ato de educar e de aprender nos proporciona um leque de conhecimento, trocas de saberes que são adquiridas com experiências do cotidiano, com a diversidade de culturas, com os projetos que a sociedade propõe e disputa, com as questões étnico- raciais, religiosas, trabalhos com idosos, discussões de gênero, com a convivência de sexualidades e diversidades humanas, ou seja, com a vida em sociedade. E, inclusive no cárcere, pois no cárcere também se aprende e se ensina. “[...] a educação na prisão, esta se distingue totalmente da educação prisional, uma

vez que se trata da educação formal oferecida no cárcere, envolve um conjunto de saberes inerentes ao processo de ensino[...]" (BRANDÃO, 1985, p. 185).

## MICRORRELATOS: DIÁLOGOS INICIAIS

Não nós propomos trazer uma leitura de experiência de mundo ou história de vida pragmática, mas levar a refletir sobre a importância da (re)leitura de mundo de uma ex-presidiária em uma sociedade racista e sexista, assim nos concerne assumir outra concepção de ressocialização no âmbito da política carcerária evitando a reincidência no mundo da criminalidade e o preconceito enraizado pela sociedade.

Esta pesquisa vem apresentar o tempo presente da luta diária de uma mulher que busca ser inserida na sociedade, após sua experiência de vida dentro do cárcere, assim como também, é um trabalho desenvolvido no tempo passado por meio da história de sua experiência de vida dentro no cárcere privado. Através desses dois tempos, presente e passado, que esses microrrelatos travam uma busca de esperança por uma sociedade mais equitativa, solidária e humana. Nesse horizonte, nosso trabalho propõe uma pesquisa voltada para a *pedagogia da esperança* entrelaçada com a visão de mundo de uma ex-presidiária.

Desta forma, os relatos de experiência de vida é mais do que uma metodologia ativa de pesquisa, já que é também uma forma de (re)construir conhecimento e troca de experiências e saberes sobre a educação. Sobre a (re)leitura de mundo, a autora Passeggi (2016) analisa que "as narrativas autobiográficas se apresentam como um procedimento essencial para a formação do humano" (PASSEGGI, 2016, p. 122).

Deste modo, é importante destacar que os relatos de experiência é uma construção da pluralidade/coletividade e não da singularidade/individualidade, pois a importância da experiência narrativa possui o objetivo de narrar sobre a própria história de vida, é partilhar sobre suas próprias experiências e saberes de vida, contribuindo, assim, para o processo de aprendizagem. (DELORY-MOMBERGER, 2011, p. 336).

Passeggi (2011) salienta que a cada fase da vida, seja no tempo presente ou passado, é possível (re)construir uma história em movimento, é possível aprender a ter esperança com as experiências e (re)significar a cada processo histórico de mundo vivenciado nas relações sociais, educacionais, no trabalho, nos ambientes mais vulneráveis. Assim, acreditamos que é sobre (re)construir enquanto humano a

esperança e o altruísmo, é fazer uma (re)leitura de mundo buscando humanizar-se, compartilhando sobre as inquietações particulares e sociais por meio da escrita, logo, compreender a importância dos relatos de experiências como uma prática pedagógica feminista emancipadora no contexto do qual nos debruçamos a discutir.

Só o ser humano é capaz de ter esperança, fazer uma (re)leitura de mundo das experiências de si, além de ter a potencialidade e a capacidade de relatar sobre sua própria visão de mundo, assim como cabe só ao ser humano a esperança ímpar de viver experiências de vida com fatos da nossa própria história em tempo e espaço.

Desta maneira, é importante destacarmos que enquanto pesquisadoras, a escrita e a leitura de histórias de mulheres contribuem a partir de outras histórias, permitindo reflexões sobre a relação da narrativa à continuidade da formação docente de um modo singular e subjetivo. E escrever sobre o outro e ouvir o outro é um exercício muito amplo, que exige reflexão, respeito dos silêncios “não-ditos” com esquecimento definitivos, recorte e compreensão sobre nós mesmos e o outro. (POLLAK, 1989, p. 9). Assim, é importante compreender que “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte de história narrativa permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memórias, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1992, p. 197).

Portanto, a história de vida está entrelaçada à experiência de vida de cada sujeito dentro de suas particularidades, individualidades e coletividades que despertam relevância e desafios de “[...] ir com a bússola. Não pode perder a direção, porque nós criamos as fontes orais para sermos seduzidos, mas para serem úteis a boa história completa que queremos escrever” (VILANOVA, 1994, p. 63). É importante não perder o controle da direção, para não correr o risco ou passar despercebido a cada fase da história oralizada ou escrita do outro, como sujeito que constrói história, mas ir conhecendo quem é o outro, quais suas experiências de mundo, qual a sua esperança e visão de mundo sobre si e sobre a própria sociedade.

É oportuno destacarmos, que nesta pesquisa a ideia dos microrrelatos partiu de um conceito de Marie-Christine Josso (2012). Apropriamo-nos de seu trabalho que aborda sobre essa ideia de “microrrelatos ou microlembranças”(JOSSO, 2012, p. 24). É interessante a maneira pela qual a autora relata pequenas narrativas e esta categoria deu luz a este trabalho, que foi organizado sob essa mesma perspectiva na qual os microrrelatos expressam recortes sobre as experiências vividas no tempo passado e presente de uma ex-presidiária, englobando a projeção de si.

À vista disso, vamos encontrar neste trabalho “microlembranças” expressas na própria narrativa da nossa colaborada, via entrevista semiestruturada, além disso, apresentamos uma imagem de costa da entrevistada em que percebemos seus longos cabelos negros frente ao mar em Fortaleza - CE.

Elaborar narrativas de vida constitui-se numa prática em que o sujeito se torna o autor ao pensar a sua vida em sua globalidade temporal, nas suas linhas de força, nos seus saberes adquiridos ou nas marcas do passado, assim como na perspectivação dos desafios do presente entre a memória revisitada e o futuro já atualizado, porque induzido por essa perspectiva temporal (JOSSO, 2012, p. 23).

Por conseguinte, veremos que a vida tem uma trajetória singular, e que cada fase da vida é marcada pelo processo de aprendizagem e desaprendizagem. E refletir sobre cada etapa da vida nos permite desenvolver um projeto de vida de si para o futuro na dimensão pessoal, social, política, educacional.

## **MICRORRELATOS NA TRAJETÓRIA DE UMA EX- PRESIDÁRIA - TEMPO PASSADO**

Nesta seção, apresentamos a história de Júlia a partir de seus microrrelatos. A escolha de Júlia se deu para que soubéssemos mais sobre sua história e suas experiências de vida no tempo passado no presidio de como “sobreviver, resistir e superar a força máxima da sociedade” (DAVIS, 1944, pág. 18), moderna e do sistema prisional imposto as mulheres que vivem em privação de liberdade. Esta mulher, representa de certo modo muitas outras mulheres ex-presidiárias que, também, são Júlias de periferias, negras, mães solas, que nos mostram que assim como a autora supracitada afirma que a “luta por igualdade e liberdade estão muito longe de ser terminadas”. Ressaltamos que tivemos autorização para citar seus comentários, fotos por meio do TCLE - Termo de Consentimentos Livre e Esclarecido.

A história de vida de Júlia (é o pseudônimo que a entrevistada teve a autonomia de escolher) embasa nossa pesquisa que traz um contexto real da experiência de vida de uma mulher, por meio de uma entrevista semiestruturada a qual transformamos em microrrelato, do tempo passado e presente, e através desta pesquisa propomos desenvolver/produzir conhecimentos sobre esse recorte em face do seu lugar de fala e poder na sociedade. A (re)leitura desta trajetória e suas experiências de mundo é tão singular, que proporciona trazer um novo olhar mais amplo de ver

e interpretar a experiência de mundo vivenciado e, principalmente, contribuir com o processo de transformação social na sua coletividade.

A leitura de mundo de uma ex- presidiária no tempo passado apresenta que Julia fez parte do quadro da população prisional feminina no Brasil, ou seja, está inserida à margem social que em sua juventude assumiu um risco pessoal com o “tráfico de drogas”, cujas suas escolhas a transformou em alvo de perseguição e a levou à prisão no cárcere privado e à prisão domiciliar por mais de 10 (dez) anos que foi sentenciada.

Ao direcionar este trabalho a uma mulher que viveu encarcerada é olhar para uma mulher marginalizada, vulnerável, oprimida, sendo que a mesma enfrenta e enfrentará dificuldade de ser vista como um sujeito sócio- histórico que terá o poder da fala, da escuta como algo operante na sociedade, justamente em função do fator da invisibilidade que é estrutural, essas mulheres que estão, ou estiveram na prisão, e que quebraram os paradigmas de uma cultura que prega uma feminilidade moral- cristã, aquela mulher que foi presa, não possuem oportunidade de serem visíveis pela sociedade.

É importante também compreender que os ciclos dos acontecimentos da vida humana são individuais e coletivos e ambos são indissociáveis, isto é, ninguém faz, ou melhor, constrói história isoladamente. A história faz parte do processo histórico, social e cultural da vida humana e para que possamos obter um novo olhar sobre a vida, sobre os relatos de experiências do passado e presente como ser humano, apresentaremos o início de um microrrelato.

Compreende-se que o acesso ao perfil de uma mulher aprisionada de liberdade ao passado traz um olhar para uma pesquisa feminista a qual nos aproxima de uma perspectiva de várias invisibilidades, não apenas por ter sido ou porque esteve presa, mas uma invisibilidade que se expressa nos espaços culturais, sociais, políticos, educacionais e econômicos. Talvez por causa de uma desestrutura familiar ou social na qual os direitos humanos de ser criança ou/e adolescente com dignidade foram violados, rompidos e não garantidos tanto pelo Estado, quanto também pela sociedade.

*Eu sou Júlia. Nasci no dia 04 de outubro de 1996, em Crato, Ceará, no Hospital e Maternidade São Francisco de Assis. Sou de uma família de três irmãos. Sou uma mulher negra, pobre e mãe solo, me graduei em 2014 no curso profissionalizante - técnico em enfermagem. (JÚLIA, 2023)*

Morar em um território periférico tem seus pontos negativos, tornam algumas crianças, adolescentes, homens e mulheres pertencentes às vulnerabilidades tais como: podem adquirir alguns tipos de doenças com mais facilidade; o índice de desemprego é apresentado com mais ferocidade; sentem o racismo em diversas vertentes, cabelos, pele, lábios, olhos, pés; vivem uma desigualdade social, econômica, política e cultural ao extremo, e estes são fatores que destroem a vida humana.

Diante deste contexto social fragilizado, muitas pessoas periféricas, desempregadas e negras perdem suas vidas para violência urbana, tendo uma adesão expressiva ao tráfico de drogas, por ser mais fácil adquirir alimentos, objetos pessoais ou até mesmo conseguir um status de 'ter' bens materiais. Existe ainda uma visão que a mulher cis, que é traficante, é privilegiada por esse sistema, entre outras situações que permitem a fixação e a permanência dessas pessoas à margem social e ao mundo da criminalidade.

Ao pensar no espaço/território onde Júlia está situada, é também indicar que tanto o Estado como a sociedade são de algum modo responsáveis, seja de forma direta ou indireta, pelo ontem, pelo início da sua experiência de vida no mundo da criminalidade na sua juventude que no auge de sua jovialidade entrou no mundo da criminalidade por envolvimento com o tráfico de drogas.

É importante ressaltar de modo geral que muitas destas mulheres são presas por compactuar pelos crimes realizados pelos seus companheiros/as, filhos/as, especificamente no contexto que trazemos, o tráfico de drogas, que neste caso, Júlia se enquadra.

Quanto a isso, é possível compreender os atos punitivos e os encarceramentos dos quais Júlia mesma conta que foi alvo:

*Fui sentenciada a 10 anos e 10 meses, por tráfico de drogas. Fiquei privada de liberdade por 2 meses na cadeia, sai porque estava gestante e passei 3 anos e 4 meses em prisão domiciliar e 1 ano e 9 meses continuei em privação de liberdade e com tornozeleira. (JÚLIA, 2023)*

Assim como Júlia, muitas mulheres como ela possuem seus marcos na trajetória de vida de um modo peculiar. Este trabalho não está escrito, nem deve ser lido na condição de identificar a natureza do crime praticado pelo qual resultou na privação de liberdade de Júlia, embora seja interessante, porém não ético.

Aqui, põe-se dois desafios, primeiro o de passar da condição de ex-presidiária ao processo de reconstrução social e o segundo desafio de construir um projeto democrático emancipador por meio da ressocialização. A ressocialização é um processo que visa proporcionar a reconstrução social das mulheres que estiveram em privação de liberdade para se (re)educarem a sociedade.

Nesse sentido, se a sociedade e o Estado querem a ressocialização dessas mulheres que estiveram em privação de liberdade evitando a reincidência no mundo da criminalidade, o papel do Estado é de proporcionar condições de educação e de trabalho enquanto elas estão inseridas no sistema prisional, ou seja, tanto a sociedade quanto o Estado assumam a importância da educação e do trabalho para ressocialização no âmbito da política carcerária.

## **(RE) LEITURA DE MUNDO DE UMA EX- PRESIDIÁRIA - TEMPO PRESENTE**

De forma sucinta, apontamos a importância fundamental não só para o Brasil, mas para qualquer sociedade, em ter por prioridade a dignidade da pessoa humana. Como também, o valor social do trabalho para que mulheres ex-presidiárias consigam oportunidade no mercado do trabalho, independente da raça, cor, sexo, cultura e gênero. Dito isso, é dever do Estado, como também da sociedade, a proposição e consolidação de políticas públicas para além do cárcere.

Assim, conforme os Art. 1º e 3º, um dos princípios e objetivos fundamentais da Constituição Federal de 1988 é a formação de um Estado Democrático de Direito cujos fundamentos são: a dignidade da pessoa humana; a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, como também, tem-se por finalidade buscar erradicar a pobreza e a marginalização, no que tange aos direitos humanos. (BRASIL, 2020)

Nesse cenário, de acordo com o Art. 1º, os direitos e a conquista da mulher apresentam-nos uma discussão acerca da defesa da construção do direito à vida, da liberdade, da justiça, da igualdade, da segurança, da ressocialização na sociedade e dos “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (BRASIL, 2020), por meio de políticas públicas para além do discurso.

Sobre questão de como (re)escrever sua realidade de mulher e ex-presidiária no sistema neoliberal, ela nos responde que: “sem poder trabalhar, o sentimento de rebaixamento e vergonha que pesa”. (Júlia, 2023). E diante desse cenário, ao ser questionada sobre os desafios de reconstruir a vida após a pena, a entrevistada

responde de seguinte forma: Os maiores desafios para mim são a falta de oportunidade marcada pela desconfiança. (JÚLIA, 2023)

É possível constituir como objetivo fundamental a promoção do bem a todos/as, sem preconceito de qualquer natureza, seja nas relações sociais, culturais ou religiosas, repudiando, desse modo, o racismo estrutural consolidado na sociedade capitalista e neoliberalista?!. Porém, é perceptível perceber nas colocações de Júlia o desafio de ser ressocializada na sociedade e no mercado de trabalho, os desafios de (re)construir a vida após a prisão à luz dos princípios fundamentais de acordo com a Constituição Federal de 1988. Entretanto, ela pagou sua pena com a vida privada de liberdade, após isso buscou ser (re)ssocializada/integrada à sociedade para que não corresse o risco de retroagir à criminalidade do tráfico, desde então, luta pelos seus direitos enquanto mulher e sujeito com direito à dignidade humana.

Ao ser questionada sobre os desafios aqui fora, se é possível recomeçar fora da prisão? Ela constrói o seguinte diálogo: “É possível, porém a justiça também atrapalha, estava trabalhando e tive que sair para colocar a tornozeleira. Eu mesma pedi para não sair **do emprego (grifo meu)** pois estava começando a entrar na sociedade e me fizeram sair.” (JÚLIA, 2023)

Quem nunca ouviu julgamentos sociais, críticas preconceituosas e racistas contra a mulher que esteve ou está privada de liberdade, ao sistema brasileiro ou até mesmo ao poder judiciário que a “liberta”? Acreditamos que diante do que foi falado anteriormente, a sociedade precisa entender que o sujeito tem direito à ressocialização, caso este/a queira. Acreditamos que a compreensão não está voltada para o fato da sentença ter um fim, dando condição a uma pseudoliberdade.

Com o intuito de compreendê-la sobre o que esperava da sociedade quando julgada “livre” e o que encontrou na sociedade, de forma breve e clara, responde: “**preconceito**, essa palavra sempre, a sociedade hipócrita, esperava coisas melhores, apoio, confiança” (JÚLIA, 2023).

E quanto às demonstrações de resistências da sociedade? Fala de Júlia: “carregar o passado nas costas, as pessoas acham que nunca irá existir mudança” é ser apontada: “olha, a ex-presidiária, bandida”. (JÚLIA, 2023)

A história de vida dela é uma inspiração de esperança para outras mulheres, principalmente das que vivem em estado de vulnerabilidade. É interessante que lhe foi perguntado: Foi lhe apresentada alguma política de (re)ssocialização após sua liberdade? E ela responde com autonomia: “por parte da justiça não, porém busquei e eles me tiraram”. (JÚLIA, 2023)

Diante do que está posto, não é só dever do Estado, como também da sociedade pensar em consolidação de políticas públicas para além do cárcere. É pensar na recolocação dessas mulheres, de tantas Júlias no mercado de trabalho após suas vivências nas prisões, usando de formações já adquiridas, seja acadêmica, seja profissionalizante ou dos cursos ofertados dentro dos presídios como forma de aprendizagens para que haja a reintegração social, evitando, assim, a reincidência no mundo da criminalidade. Desta forma, poderemos vislumbrar o processo de ressocialização social, política, econômica e financeira de cada mulher que está fora da prisão.

## PROJEÇÃO DE SI DE UMA EX- PRESIDÁRIA

É tentar. Tentar e tentar mais uma vez.  
Nunca desistir. Isso é uma Vitória em si.  
(DAVIS, 1944, pag.15)

A filósofa e feminista Angela Davis (1944) nos faz pensar nessa potência de fala por meio da escrita que em sua obra, *Liberdade é uma luta constante*, apropria-se da defesa em dizer que a liberdade é para todo mundo, inclusive para as mulheres em estado de vulnerabilidade e relacionando o poder da fala ao estímulo, ao contexto social de uma ex-presidiária para dar sentido na construção de seu projeto de vida.

A projeção de si é um atributo próprio do ser humano cuja finalidade central é criar uma ponte entre quem foi e o que quer ser, no caso de Júlia, uma ex-presidiária para o que ela quer ser no futuro, como mulher, mãe, esposa e filha. Que segundo ela, inclui: “Estudar, trabalhar e ter uma vida social normal, se é que eles deixem, a polícia, que são as piores perseguições dos ex-presidiários”. (JÚLIA, 2023)

Relatos sobre mulheres ex-presidiárias, oprimidas, através de suas próprias narrativas, precisam ganhar compreensão, autonomia e liberdade a fim de contribuir para a construção do ideário de que sejam a melhor versão de si, primando pelos seus interesses de vida, sejam eles profissionais, educacionais, políticos, sociais ou pessoais.

Fig. 01



Local: praia de Fortaleza - CE, após liberdade.

E essa projeção de si é um modo dinâmico que leva essa classe de mulheres – de Júlias – mulheres vulneráveis, a seguir em frente, por meio de suas histórias de vida, após suas experiências de mundo, dentro e fora do cárcere, em busca de conquistar melhores condições de vida. É possível, também, carregar consigo a esperança de acreditar num futuro melhor em uma sociedade mais equidosa e generosa que contribua de forma significativa, e que apresente meios, caminhos, que ajudem a despertar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Este trabalho teve como principal objetivo, trazer por meio do microrrelato a experiência de uma jovem mulher, mãe, brasileira, que viveu em estado de privação de liberdade por 10 (dez) anos, sentindo nos aspectos físicos e psíquicos a interseccionalidade de opressões por ser mulher, negra e pobre. A projeção de si, através dos microrrelatos, foi um desafio para colaboradora. Falar dela, sobre ela, sobre os caminhos percorridos no tempo passado e presente, dos percalços, assumir erros,

é uma tarefa que exige muito do aspecto emocional, é desvelar-se, pessoal e coletivamente, sendo isso um ato subversivo.

Estudar a história de vida da população feminina carcerária é uma atividade que não só cabe ao feminismo, é uma tarefa de luta global, “uma luta na qual todas as pessoas do planeta tenham um papel a desempenhar” (DAVIS, 1944, pág. 18). Neste sentido, nas primeiras finalizações deste trabalho percebemos o preconceito da sociedade capitalista. Ao sair da prisão, as mulheres privadas de liberdade, têm a necessidade de recomeçar a vida, além disso, precisam também lidar com as experiências do passado: a abominação da sociedade quanto ao relatório de antecedentes criminais cometidos.

Ainda neste processo de finalização, estamos diante dos desafios de aprender mais sobre “lutas progressistas” sobre as práticas sociais femininas “[...] é possível sobreviver, resistir e superar a força máxima do poder corporativo e o Estado focado na destruição de alguém importante, porque esse alguém importante inspira solidariedade coletiva” (DAVIS, 1944, pág. 18). O que foi colocado nesse estudo, por meio do microrrelato no tempo passado e presente de uma mulher que viveu em sua juventude a experiência no mundo da criminalidade, pelos mais variados contextos sociais que a levaram, consideramos compreender que se caso seu companheiro fizer parte desse mundo, pode influencia-la a adentrar também.

Ao partilhar a história de vida de Júlia, por meio de microrrelatos, essa pesquisa permiti refletir sobre a sororidade, mesmo diante de uma sociedade capitalista construída de ideologias associadas ao neoliberalismo. Este trabalho apresenta, também, questões públicas que diz respeito à importância da ressocialização social, do redirecionamento após a experiência no cárcere para que seja evitada a reincidência criminal e permanência no crime.

Concluimos elucidando que de acordo com Constituição Federal de 1988, a dignidade da pessoa humana é um direito fundamental e indispensável para promover a todos uma existência digna, solidária, fraterna, livre e igual.

## **REFERÊNCIAS**

---

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília. 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 maio de 2023.

BRASIL, MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso disponível dia 24 de maio de 2023.

BEZERRA, Sayron Rilley Carmo; QUEIROZ, Zuleide Fernandes de; FREIRE, Arlane Markely dos Santos. **Políticas educacionais:** repercussões e dissonâncias. **Educação no Cárcere:** reflexões sobre a formação continuada para professores que atuam na educação intramuros/ Anderson Gonçalves Costa, Karlane Holanda Araújo... [et al.]. – Porto Alegre : Fi, 2023.

DAVIS, Angela, 1944. A liberdade é uma luta constante/ Angela Davis; organização Franck DORE, Rosemary; SOUZA, Herbert Glauco de. Gramsci Nunca Mencionou o Conceito de Contra-Hegemonia. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 25, n. 3, jul./set. 2018. Disponível em <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9961>. Acesso dia 25 de maio de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 9º.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50.ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Saberes necessários à práticas docentes. 23º.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Freire, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. 1a Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1967.

Freire, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp. 2000

JOSSO, Marie-Christine. **O Corpo Biográfico:** corpo falado e corpo que fala. Educ. Real, Porto Alegre, v.32, n 19-31, jan./abr.2012. disponível Educ. Real., Porto Alegre, v. 37, n. 1, p. 19-31, jan./abr. 2012.

LARROSA, Jorge. **Tremores:** Escritos sobre experiências. Tradução de Cristina Antunes, João Wanderley Gerardi. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: RJ Vozes, 2016.

PASSEGGI, Maria da Conceição, SOUZA Elizeu Clementino, VICENTINI Paula Perin. **Entre a vida e a formação:** pesquisa (auto)biográfica, docência e profissionalização. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.27, n.01, p.369-386, abr. 2011.

PASSEGGI, Maria da Conceição. A experiência em formação Educação.vol. 34, núm. 2, maio-agosto, 2011, pp. 147-156. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil 61.

PASSEGGI, Maria; NASCIMENTO, Gilcilene; DE OLIVEIRA, Roberta Antunes Medeiros. As narrativas autobiográficas como fonte e método de pesquisa qualitativa em Educação. Revista Lusófona de Educação, n. 33, p. 111-125, 2016.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio." In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** História Oral. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VILANOVA, Mercedes. Pensar a subjetividade estatísticas e fontes orais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org). História oral e multidisciplinaridade. Rio de Janeiro: Diadorim Editora, 1994.